

A "guerra às drogas" a partir de lentes feministas: interseções teóricas possíveis

Ana Clara Telles C. de Souza

Vínculo Institucional: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Resumo:

O objetivo do presente artigo é refletir sobre as contribuições teóricas que os estudos feministas e de gênero das Relações Internacionais podem trazer às análises críticas sobre "guerra às drogas". Baseando-nos na literatura sobre gênero, militarismo e militarização, analisamos representações de gênero presentes nos discursos oficiais do Estado estadunidense sobre controle de drogas ilícitas na América Latina. Ler a militarização das políticas antidrogas estadunidenses para a América Latina a partir de lentes de gênero nos permite enxergar outras dinâmicas de poder que operam na construção discursiva da "guerra às drogas" em termos dicotômicos, a começar pelo próprio binarismo entre "protetores" e "protegidos".

Palavras-chave:

Gênero – Drogas – Militarização

Abstract:

This article aims at assessing the theoretical contributions that feminist and gender studies on International Relations can make to the critical thinking on the "war on drugs". Drawing on the literature on gender, militarism and militarization, we analyze gender representations contained in the United States' official discourses on the control of illicit drugs in Latin America. Reading the process of militarization of US antidrug policies to Latin America through a gender lens allows us to see other power dynamics that operate in the discursive construction of the "war on drugs" in dichotomous terms, beginning by the very binary opposition between the "protectors" and the "protected".

Key words:

Gender – Drugs – Militarization

Introdução

Nos últimos cem anos, a comunidade internacional se engajou continuamente na conformação de um entrelaçado global de normas, políticas e saberes relacionados ao controle, via proibição, de determinadas substâncias psicoativas. Nas décadas mais recentes, esse entrelaçado tomou a forma discursiva de “guerra às drogas” (em inglês, *war on drugs*), sobretudo por parte dos Estados Unidos. Convencionou-se chamar de “guerra às drogas” o conjunto de políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas que, através de cooperação bilateral e, ou, internacional, priorizam estratégias militarizadas em suas tentativas de suprimir a produção, a comercialização e o consumo dessas substâncias. Também é parte integrante dessa lógica o combate ao narcotráfico pela “via da oferta”, i.e., através da erradicação de cultivos ilícitos, notadamente aqueles em países em desenvolvimento (Rodrigues, 2012).

O objetivo do presente artigo é refletir sobre as contribuições teóricas que os estudos feministas e de gênero das Relações Internacionais podem trazer às análises críticas sobre “guerra às drogas”. Perspectivas feministas em Relações Internacionais, bem como os estudos críticos em geral, são profícuas em abordar processos contemporâneos de militarização. No entanto, quando se procura por abordagens feministas à chamada “guerra de drogas”, encontra-se um intrigante silêncio, a despeito de ela se relacionar com um conjunto de temáticas que já foram bem exploradas por teóricas feministas do campo. Nesse contexto, escolhemos analisar brevemente a “guerra às drogas” a partir de lentes feministas por dois motivos principais: [1] por ser essa uma temática consideravelmente presente na política internacional contemporânea, capaz de nos oferecer interessantes reflexões sobre a forma como ideais *gerados* de proteção se articulam aos fenômenos do militarismo e da militarização; e [2] porque ler a militarização de políticas antidrogas a partir de lentes de

gênero nos permite enxergar outras dinâmicas de poder que operam na construção discursiva da “guerra às drogas” em termos dicotômicos, a começar pelo próprio binarismo entre “protetores” e “protegidos”.

Começaremos por contextualizar as teorias feministas e de gênero em Relações Internacionais no âmbito da subárea de segurança internacional, identificando algumas de suas principais contribuições teóricas ao campo dos estudos sobre militarismo e militarização. Em seguida, trataremos especificamente do nosso objeto de estudo, delineando algumas interseções teóricas possíveis entre os estudos de gênero em política internacional e a “guerra às drogas” na América Latina. Embora utilizemos, em grande parte, a metodologia da análise de discurso, por restrições de espaço, não abordaremos a fundo as discussões teóricas que subjazem ao estudo do discurso nas Relações Internacionais. No entanto, procuraremos dar sentido à nossa argumentação através da recuperação de alguns discursos-chave de presidentes estadunidenses que reúnem representações de gênero sobre a “guerra às drogas” empreendida pelos Estados Unidos na América Latina, mostrando em que pontos os estudos de gênero e em política de drogas podem conversar entre si.

Gênero e segurança internacional: entre protetores e (des)protegidos

Leituras tradicionais sobre segurança internacional tendem a enfatizar a segurança em termos estatais: abordagens realistas, por exemplo, que têm permanecido dominantes desde a institucionalização do campo no período posterior à Segunda Guerra Mundial, dão ênfase à segurança nacional e aos estudos estratégicos. Segundo Stanley Hoffman (1977), isso se dá devido ao próprio processo de constituição da disciplina de Relações Internacionais, intimamente relacionado ao momento

político pelo qual passavam os Estados Unidos no período pós-1945. Para Sandra Whitworth (1994), a influência estadunidense na constituição das Relações Internacionais tornou a agenda de pesquisa da disciplina – preocupada em “aconselhar” os estadistas sobre questões de guerra e de paz – antitética ao estudo das mulheres e de gênero.

Como aponta J. Ann Tickner (2001), abordagens realistas definem a segurança como um ato estatal por excelência, em que a prioridade é a proteção político-militar de suas fronteiras e de sua integridade. Grande parte dessa definição se deve à popularização, durante a Guerra Fria, do realismo estrutural em meio aos estudos de segurança, que concebe o Estado – o principal ator do meio internacional – a partir de sua busca incessante pela sobrevivência em um sistema internacional anárquico (Waltz, 1979). Dessa forma, o Estado, nas concepções tradicionais – e realistas – do campo, é o principal provedor da segurança (ao mesmo tempo em que é ele mesmo o principal objeto a ser ameaçado), e a guerra é um importante vetor através do qual um Estado busca de defender.

De acordo com Simon Dalby (1997), perspectivas feministas de segurança internacional desafiam a *rationale* essencial da definição estatal de segurança: a do Estado como provedor da segurança física de seus cidadãos. Segundo o autor, as suposições modernas em torno da segurança internacional, que pressupõem conceitos como controle, dominação e vigilância, estão construídas sobre definições masculinizadas de poder que atêm o “estar seguro” a noções de violência e de controle territorial. Igualmente, não são poucas as abordagens feministas que argumentam que o mito de “proteção” do Estado é essencialmente informado por representações sociais de gênero, em que masculino e feminino desempenham, respectivamente, papéis de “protetores” e “protegidos” (Fierke, 2007). Cynthia Enloe (2000), por exemplo, enfatiza a forma como se espera que homens e mulheres reajam de maneiras opostas, mas complementares, a situações de

“perigo” na política internacional. Segundo Enloe, enquanto o “homem masculino” deve superar seus próprios medos para se tornar o protetor dos frágeis, a “mulher feminina”, nesse mesmo “mundo perigoso”, deve adotar uma posição de gratidão e esperança em relação, especificamente, à figura paterna ou marital.

Uma leitura feminista sobre segurança internacional permite entender de que maneira essas representações sociais de gênero extrapolam para o imaginário político sobre o Estado e sobre a população a ser protegida: o Estado eficiente – aquele que melhor corresponde à masculinidade hegemônica – é aquele capaz de desempenhar satisfatoriamente o papel de protetor de uma nação concebida como feminina (Tickner, 1996). Uma das principais representações de gênero mobilizadas no contexto da segurança internacional é a do “guerreiro justo”, o homem que se sacrifica voluntariamente para proteger mulheres, crianças e outros grupos frágeis e indefesos (Tickner, 2001). Segundo Tickner (2001), a imagem de “protegido”, que é complementar a esse papel masculino de “protetor”, é essencial para a legitimação da violência, constituindo um importante mito para angariar apoio a guerras e ofensivas armadas. A autora salienta, ainda, que a representação masculina do “herói” é frequentemente contrastada a outra figura de masculinidade, a do “inimigo”, dessa vez racializada - o que evidencia a forma como representações hierárquicas de gênero dependem de outras relações sociais de poder, como as raciais.

Como afirmam Paul Viotti e Mark Kauppi (2010), a proteção, assim como a exploração, é uma forma de subordinação derivada de manifestações da dominância masculina. Nesse sentido, perspectivas feministas de segurança internacional desafiam uma concepção tradicional de segurança que se baseia em ideais de masculinidade – especificamente no mito da proteção – para dar o tom político sobre o que é estar seguro em um ambiente internacional. Nesse quadro, o que abordagens

feministas propõem, em larga medida, é uma redefinição do significado de segurança que comece pelo distanciamento de conceituações estatais. Em última instância, questionamentos feministas que desafiam a centralidade do Estado como agente de segurança nas relações internacionais esbarram necessariamente no papel das Forças Armadas e do militarismo como fenômenos estatais por excelência (Detraz, 2012).

Abordagens feministas sobre as Forças Armadas passam, em geral, por considerações sobre dois fenômenos distintos, mas interligados: o militarismo e a militarização. Se recentemente as forças militares – inclusive, as polícias – deixaram de ser reduto exclusivamente (embora ainda predominantemente) masculino, elas permanecem uma instituição que reconfigura cotidianamente hierarquias de gênero em âmbitos local e internacional com o objetivo de se estabelecerem como ator político por excelência do Estado moderno (Enloe, 1987). Diante desse quadro, perspectivas feministas sobre essa questão dedicam-se a investigar como a cultura e o fenômeno militares se relacionam a representações de gênero, sobretudo no que se refere às masculinidades (Detraz, 2012).

Autoras como Cynthia Enloe entendem o militarismo como análogo a uma ideologia, conformando um conjunto de ideias e valores que definem parâmetros de adequação e normalidade (Enloe, 1993). Para a teórica, entram nesse “pacote” ideológico concepções sobre a eficácia das Forças Armadas na resolução de conflitos, sobre a natureza humana como propensa à belicosidade e à inimizade e sobre as virtudes, inclusive práticas, das estruturas hierárquicas. Mais ainda, como uma construção social que constitui e transpassa práticas cotidianas, o militarismo cria e reconfigura representações específicas de gênero, especialmente no que tange à valorização do masculino e à associação do feminino à vulnerabilidade e à hesitação (Fierke, 2007).

Não à toa, como salienta J. Ann Tickner (2001), os treinamentos militares são permeados de práticas misóginas de depreciação de tudo que possa se relacionar ao “feminino”. Associada ao heroísmo, a “masculinidade militar” atrai recrutas e mantém a autoestima de instituições que dependem da subserviência e da obediência para funcionar (Tickner, 2001). Opinião parecida já havia sido expressa por Sandra Whitworth (1994), que reconhece a dependência dos discursos militaristas sobre retóricas misóginas de reafirmação de hierarquias de gênero. Sobre essa questão, Whitworth se junta a outras feministas, entre elas a própria Cynthia Enloe (1987), para argumentar que a correlação entre militarismo e representações hierárquicas de gênero é também uma escolha política. Para a primeira autora, governo e Forças Armadas manipulam representações discursivas de gênero cotidianamente de forma a alcançar seus próprios interesses, sobretudo no que tange à necessidade de que homens e mulheres desempenhem funções específicas durante tempos de guerra. No mesmo caminho, Enloe acredita que a dependência do militarismo sobre concepções de masculinidade facilita a homogeneização do corpo militar em torno de uma identidade (masculina) comum, atenuando diferenças de classe, status e etnia entre as tropas e os oficiais (Enloe, 1987).

Para Liz Kelly (2000), uma das principais consequências da predominância de uma cultura militarista nas Relações Internacionais é a forma como ela legitima a violência como meio de resolver conflitos, contribuindo para o estabelecimento e a manutenção de hierarquias estatais e intraestatais, inclusive de gênero. Dessa forma, de instrumento utilizado para a segurança do Estado, as Forças Armadas passam a reproduzir padrões de insegurança, sobretudo contra aqueles que ocupam posições “inferiores” nessas relações de poder (Fierke, 2007). Como já comentado, iniciativas militares – que vão desde reforços às fronteiras a conflitos armados – têm, em geral, desproporcionais impactos negativos sobre

mulheres, que são alvos de deslocamentos, violências sexuais, explorações e ondas de fome (Kelly, 2000; Tickner, 2001; Fierke, 2007).

Ainda, o militarismo está intimamente relacionado a processos de militarização nas Relações Internacionais. De acordo com Cynthia Enloe, a militarização é “um processo passo-a-passo através do qual alguém ou algo passa a ser gradualmente controlado pelas Forças Armadas (*military*) ou a depender de ideias militaristas para o seu bem estar” (Enloe, 2000b, p. 3 - tradução livre). A militarização passa ainda, segundo a autora, pela valorização das necessidades e das prerrogativas militares como uma normalidade social, envolvendo, portanto, transformações institucionais, ideológicas e econômicas. Nessa concepção, a militarização é um processo cotidiano que permeia rotinas diárias, inclusive das mulheres.

Em termos de tomada de decisão, a consequência do processo de militarização do qual fala Enloe é a escolha política por reações militarizadas a problemas cotidianos. É nesse sentido que Tickner (2001) afirma que, em várias partes do mundo, o fenômeno da militarização tem se tornado uma das principais ameaças à segurança, sobretudo a das mulheres. Em suas palavras,

“Será que o fato de as políticas de segurança nacional dos Estados serem frequentemente legitimadas a partir do apelo a características masculinas, como poder e autoajuda, significa que certos tipos de comportamentos em política externa - permanecer altivo, em vez de se acovardar - são vistos como mais legítimos que outros? É possível que os homens que, no papel de especialistas em defesa, precisam empregar uma linguagem ‘masculina’ dura e suprimir quaisquer pensamentos ‘feminizados’ na construção de opções estratégicas vêm a olhar escolhas mais cooperativas como impensáveis e comportamentos cooperativos como improváveis?” (Tickner, 2001, p. 52 - tradução livre)

Abordagens feministas acreditam que uma análise crítica sobre processos de militarização passa necessariamente por reflexões sobre a forma como representações de masculinidade e feminilidade influem nas práticas cotidianas (Enloe, 1993; Fierke, 2007). Se processos de militarização dependem diretamente da mobilização de categorias de gênero, reconsiderações políticas sobre eles devem repensar as formas com que essa relação de poder é perpetuada, seja através da linguagem, de condições materiais ou de instituições internacionais. Pode-se dizer, nesse sentido, que a literatura feminista recente nas Relações Internacionais tem assumido uma postura crítica frente a esses fenômenos, comprometendo-se com uma agenda política de desnaturalização de verdades incontestáveis na política internacional (Enloe, 2000).

Gênero e “guerra às drogas”: interseções teóricas possíveis

Convenciona-se chamar de “guerra às drogas” o conjunto de políticas internacionais de controle de drogas ilícitas que veem no combate militarizado a melhor forma de suprimir a produção, a comercialização e o consumo dessas substâncias. Na América Latina, três importantes momentos de intensificação da militarização das políticas antidrogas foram o desenvolvimento da Iniciativa Andina, a partir de 1990, em acordo entre os países andinos e o governo estadunidense de George Bush (1989-1993); o estabelecimento do Plano Colômbia, em 2001, a partir de parceria entre o governo colombiano e a administração do presidente Bill Clinton (1993-2001); e a Iniciativa Mérida, em 2008, pensada pelo governo mexicano em cooperação com a gestão de George W. Bush (2001-2009). Em comum, esses planos priorizavam uma abordagem bélica de controle de drogas ilícitas nas regiões alvo das operações, através de investimentos nas forças de segurança latino-americanas – chegando a responder, no caso do Plano

Colômbia, a 78% do total de gastos (Rivillas, 2002) – via repasses de equipamento, promoção de treinamentos e financiamento de esforços de erradicação de cultivos ilícitos (Carpenter, 2003).

Mais ainda, nesses três casos, tornavam-se centrais as preocupações com a capacidade institucional dos países latino-americanos e, em específico, com a eficiência dos aparatos jurídico-repressivos em suas funções de coibição e controle das condutas criminais em questão. Ao comentar sobre o Plano Colômbia, Juan Gabriel Tokatlíán (2002) argumenta que se tratava de uma estratégia de “cenoura” e “garrote”: a cenoura, ou as recompensas, viriam na forma do revigoramento do aparelho estatal, mas em concomitância à assistência institucional e financeira às Forças Armadas e, em menor medida, às forças policiais - o garrote. A conjugação entre essas duas estratégias levava à ambiguidade dos discursos políticos construídos em torno desses planos (em especial, do Plano Colômbia e da Iniciativa Mérida, os mais recentes), atestado através do descompasso entre uma retórica supostamente desmilitarizada – Bill Clinton chegou a afirmar, em discurso à população colombiana, que o plano não tinha “propósito militar” (Clinton, 2000, sem página) – e dados que mostravam que, na prática, políticas de assistência militar para o controle de drogas ilícitas permaneciam centrais.

Ainda assim, décadas antes de o primeiro desses planos, a Iniciativa Andina, ser operacionalizado, uma retórica militarizada relacionada às drogas ilícitas já estava sendo posta em utilização nos Estados Unidos. Os primeiros registros do uso de expressões similares em discursos sobre drogas ilícitas remontam à Mensagem Especial enviada por Richard Nixon (1969-1974) ao Congresso, em 1971, em que o presidente declarava necessária a cooperação internacional “para declarar uma guerra efetiva contra o vício à heroína” (Nixon, 1971, sem página - tradução livre). Embora não haja menção direta ao termo “guerra às drogas”, muito menos a

operacionalização de um discurso antidrogas internacional tão consolidado como aquele que seria posto em utilização a partir do governo de Ronald Reagan (1981-1989), identifica-se nesse discurso a inauguração de um imaginário bélico para lidar com essas substâncias, estimulado, sobretudo, pelos Estados Unidos.

Entre muitos outros autores, Simon Dalby (1997) apresenta importantes questionamentos à lógica militarizada da “guerra às drogas” no que tange a dois aspectos: sua eficácia e suas implicações políticas. Em relação à primeira questão, Dalby evidencia a forma como lidar com o problema a partir da ótica da militarização pouco ajuda a solucionar as questões de cunho político-social que estão envolvidas no mercado de drogas ilícitas, especialmente quando a “ameaça” a ser combatida passa a ser externalizada. De fato, a literatura crítica sobre a “guerra às drogas” tende a enfatizar como a construção de dicotomias políticas – produtores/consumidores, agressores/vítimas, norte/sul – permeia todo o discurso bélico de combate a essas substâncias, sobretudo por parte dos Estados Unidos (Rodrigues, 2012). Para o autor, no entanto, mais do que um erro tático, a “guerra às drogas” serve a uma estratégia política bem definida, em que a necessidade de estratégias que lidem com os problemas sociais subjacentes ao mercado ilícito dessas substâncias é contornada em favor de respostas militarizadas. O autor argumenta que o que acaba sendo assegurado, em última instância, é o poder (e o direito) do Estado de intervir em sua variedade de arenas sociais, notadamente de maneira autoritária e repressiva. Por fim, declara: “in this case security [...] cannot be secured by the application of traditional national-security practices” (Dalby, 1997, p. 15).

Apesar de Simon Dalby utilizar referências marcadamente feministas para elaborar sua análise, novas questões podem ser levantadas se a “guerra às drogas” for repensada mais profundamente através de uma abordagem feminista. Pensar como representações de gênero estão envolvidas em conceitos como “soberania” e

“fronteiras” é um primeiro passo, especialmente se resgatarmos a afirmação de R. B. J. Walker de que a soberania é “a crucial reification of human identity as a particular rendition of rational man” (Walker, 1992, p. 191). Para J. Ann Tickner (2001), se examinarmos a trajetória histórica (como é tradicionalmente narrada) da soberania estatal – da figura do soberano à imagem da soberania do povo –, veremos como ela sugere ser uma construção de gênero que não inclui o feminino da mesma forma que o masculino.

Também por esse motivo, o “nós” coletivo que está por trás do imaginário político do Estado como um ator unitário e soberano é um que representa vozes masculinas em detrimento das femininas (Tickner, 1996). Discursos de “guerra às drogas” que se sustentam na defesa da soberania e das fronteiras, portanto, são intrinsecamente *generizados* – enviesadas em termos de gênero – uma vez que mobilizam ideais de masculinidade para justificar políticas de militarização, reproduzindo a dicotomia entre “protetores” e “protegidos” que está no cerne de importantes críticas feministas à segurança internacional. Nesse quadro, quando se falam de políticas militarizadas de controle às drogas ilícitas, duas questões se tornam pertinentes: “o que se pretende proteger?” e “de quê se pretende proteger?”.

No que tange à primeira pergunta, abordagens feministas à segurança internacional parecem ter a resposta na ponta da língua: *não as mulheres*. De fato, dentro da literatura crítica de política de drogas são crescentes os estudos sobre os impactos da “guerra às drogas” na vida das mulheres, sobretudo as de minorias étnicas e de países do sul global. Dentre as consequências negativas da militarização das políticas sobre drogas estão o aumento desproporcional do encarceramento de mulheres, sobretudo na América Latina; e o impacto nas mulheres dos deslocamentos forçados devido a políticas de erradicação de cultivos ilícitos (Fiore, 2002; Mannava *et al.*, 2010; Giacomello, 2013; DPA, 2013; OEA, 2014).

Em relação à segunda pergunta, “de quê se pretende proteger?”, abordagens feministas também podem inserir importantes considerações. Se, por um lado, o discurso de combate a organizações traficantes de drogas ilícitas parece mobilizar uma figura masculina antagonista e notadamente racializada – dada a forma como o “problema” da produção dessas substâncias é externalizado, sobretudo nos Estados Unidos, em direção a países e a indivíduos oriundos do sul global –, por outro, a imagem que se tem da substância em si e de seus efeitos sugerem uma associação, ainda que marginal, a representações cotidianas do feminino. Se, como diz Tickner (1992), a masculinidade é tipicamente associada a qualidades como força, poder, autonomia, independência e racionalidade, consumir substâncias psicoativas parece ser uma forma de se tornar menos masculino – é sucumbir à loucura, perder a razão, abrir mão da autonomia (Mountian, 2013).

Nesse sentido, o que perspectivas feministas são capazes de sugerir em relação à “guerra às drogas” é que ela parece ser um meio eficiente de se reafirmar masculinidades em variados sentidos. Tanto Karin Fierke (2007) quanto J. Ann Tickner (2001) comentam, por exemplo, que a derrota na Guerra do Vietnã teve como consequência direta o aumento da militarização da sociedade estadunidense, sobretudo a partir da administração de Ronald Reagan – um fenômeno que a última descreve como “remasculinização” (Tickner, 2001, p. 55). Como abordagens críticas à “guerra às drogas” costumam afirmar, foi esse mesmo presidente quem impingiu com maior vigor um caráter militarista à política externa estadunidense para questões de drogas ilícitas, tornando-as definitivamente um assunto de segurança nacional (Fraga, 2007).

Em discurso proferido por Richard Nixon em 1971, entendido como o discurso inaugural da “guerra às drogas”, o então presidente estadunidense diz,

“A ameaça dos narcóticos entre nosso povo é uma que ameaça diretamente muitos americanos. Ela entra sorrateiramente em nossas casas e destrói nossas crianças, move-se pelas nossas vizinhanças e rompe a fibra da comunidade que nos torna vizinhos. É um problema que demanda *compaixão*, e não apenas *condenação*, por aqueles que se tornam vítimas dos narcóticos e das drogas perigosas. Devemos tentar entender melhor a confusão, a desilusão e o desespero que leva pessoas, particularmente os jovens, ao uso de narcóticos e de drogas perigosas.” (Nixon, 1971, sem página - tradução livre, grifos adicionados)

Nessa passagem, é interessante observar como a “ameaça” do uso de drogas ilícitas é, em primeiro lugar, impessoalizada – não há indivíduos que, por motivos diversos, escolhem consumi-las, mas a própria substância que, ganhando vida, “locomove-se” sorrateiramente até comunidades e vizinhanças. Ainda, vemos um movimento de irracionalização do uso de drogas ilícitas que tira de seus usuários sua agência, entendendo-os como sujeitos em desespero, iludidos – desprovidos da racionalidade que os torna masculinos. A fim de constituir as “drogas ilícitas” como ameaça, utiliza-se a metáfora do lar, espaço privado feminilizado por excelência – o local onde a mulher do homem público cria seus filhos.

Relacionado a isso, é possível perceber, ainda em estágio preliminar, a construção da dicotomia entre “compaixão” e “condenação” que, posteriormente, tornar-se-ia representação corriqueira nos discursos ocidentais sobre drogas ilícitas. Ao manipular a oposição entre os espaços “público” e “privado”, essa dicotomia parece reproduzir um imaginário de gênero em que políticas de saúde e cuidado são consideradas, em certa medida, representações de feminilidade(s) (relacionadas, ainda, ao papel social maternal), enquanto estratégias de controle e repressão são delegadas ao(s) masculino(s). Nesse quadro, travar uma guerra em nome da “proteção” parece ser uma resposta razoável, uma vez que, como já foi visto, não foge

às representações de gênero que são tradicionalmente mobilizadas para preparar a população para o envolvimento em conflitos armados.

Não à toa, quase duas décadas depois, Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos, relegaria à primeira-dama, Nancy Reagan, o papel de condutora de políticas de prevenção e cuidado ao uso de drogas ilícitas, sobretudo, entre os jovens. Durante a administração de seu marido, a Sra. Reagan levou adiante um dos programas de prevenção ao uso de drogas ilícitas entre jovens mais conhecidos mundialmente – o *Just Say No* –, além de articular uma rede internacional de primeiras-damas dedicadas a educar a juventude sobre os riscos do consumo dessas substâncias (Carpenter, 2003). Por outro lado, em 1988, ano da elaboração da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas das Nações Unidas e período em que a *Drug Enforcement Administration* (DEA) consolidava seu trabalho de “combate às drogas” fora dos Estados Unidos, Reagan rendia homenagens aos oficiais estadunidenses mortos em combate “às drogas” relacionando seu “heroísmo” à própria noção dos Estados Unidos como nação vitoriosa e guerreira. Nas palavras de Reagan,

“Hoje nós nos reunimos para honrar, como vocês sabem, os bravos servidores públicos que sucumbiram na guerra às drogas. Esses homens fizeram um juramento solene para cumprir a lei. Eles aceitaram o perigoso trabalho de defender nossas comunidades, nossas fronteiras, nossas famílias do flagelo dos narcóticos. [...] Que tipo de nação é a América? O tipo que produz heróis como Enrique Camarena Salazar, Eddie Byrne, Terry McNett, e muitos outros que deram suas vidas na batalha contra as drogas ilícitas. Somos o tipo de nação que se unirá e se sacrificará para se livrar da ameaça do uso ilegal de drogas, porque sabemos que as drogas são a negação do tipo de país que queremos ser” (Reagan, 1988, sem página - tradução livre)

Nesse discurso, Reagan constrói a imagem dos oficiais da DEA como bravos soldados cuja missão é proteger as famílias estadunidenses do “flagelo” das drogas ilícitas – aqui, já abertamente constituídas como uma doença. Nesse sentido, o sacrifício da vida desses homens é parte necessária da “guerra às drogas” – e justificável, portanto, em nome dela –, mas é também constituinte da própria lógica de militarização das políticas sobre drogas ilícitas estadunidenses – o combate militarizado faz parte do *ser nação* estadunidense. Doze anos e dois presidentes depois, Bill Clinton utilizaria retórica semelhante em mensagem à população colombiana,

“Ano passado eu conheci algumas das crianças mais talentosas e adoráveis do mundo, da comunidade de Valledupar. Dez deles, alguns tão novos quanto seis anos de idade, vieram por milhares de milhas com seus acordeões e seus tambores, seus lenços coloridos e suas lindas vozes, apresentar-se para nós aqui na Casa Branca. Eles cantaram ‘El Mejoral’. Eles cantaram ‘La Gota Fria’. Todos que os ouviram ficaram tocados. Essas crianças preciosas vieram de famílias humildes. Eles vivem rodeados pela violência. Eles não querem crescer para ser narcotraficantes, guerrilheiros, paramilitares. Eles querem ser reis de Vallenato. E nós deveríamos ajudá-los a viver seus sonhos. Milhares de corajosos colombianos deram suas vidas para dar a todos nós essa chance. Agora é o momento de fazer esse sacrifício valer a pena. Isso demandará visão; isso demandará coragem; isso demandará vontade. Vocês têm todos os três. No meio de enorme dificuldade, sejam fortes de coração. *En surcos de dolores, el bien germina ya.*” (Clinton, 2000, sem página - tradução livre)

Às vésperas da implementação do Plano Colômbia, a retórica do sacrifício é mais uma vez articulada, dessa vez em relação à população colombiana. É interessante notar, no entanto, como o “sacrifício” é utilizado para propósito discursivo sensivelmente

diferente: não mais evocar a capacidade de combate e persistência dos Estados Unidos como nação, mas justificar o envolvimento dos Estados Unidos em uma guerra que, a princípio, não é deles. Nesse sentido, a família – as “crianças” – a ser protegida é a família colombiana, que os próprios colombianos, apesar dos sacrifícios feitos, não são capazes de proteger.

Uma análise preliminar de discursos pontuais, apesar de não representar com precisão o universo pesquisado, parece dar fôlego a algumas das hipóteses levantadas pela revisão da literatura teórica sobre gênero e segurança internacional. Através desses discursos, é possível perceber movimentos de masculinização do Estado frente à “ameaça” das drogas ilícitas, especialmente na construção retórica dos Estados Unidos como “nação de heróis” que protege famílias e comunidades. Ainda, começa-se a vislumbrar o início da dicotomia entre políticas militarizadas e não militarizadas de controle de drogas ilícitas que tende, em última instância, a feminilizar estratégias de diminuição do consumo e masculinizar o combate militarizado, sobretudo aquele que é feito em terras estrangeiras. Por fim, entende-se que esses discursos tendem, de certa forma, a desmasculinizar as populações e os atores políticos dos Estados “produtores de drogas” – nesse caso em específico, a Colômbia –, que precisam terceirizar a proteção de seus espaços privados – e femininos por excelência – da ameaça das drogas ilícitas.

Conclusão

No presente artigo, analisamos as contribuições teóricas que os estudos feministas e de gênero e segurança internacional podem trazer às leituras críticas sobre a “guerra às drogas”, levada adiante, na América Latina, pela política externa dos Estados Unidos e também pelas práticas de algumas de suas principais agências para tratar sobre o tema, como a DEA. Nosso objetivo era dar início a

uma reflexão de gênero sobre o processo de militarização das políticas estadunidenses de controle de drogas ilícitas na América Latina, com foco nas leituras críticas que essas autoras e autores fazem do mito de proteção do Estado moderno e de movimentos de militarização nas Relações Internacionais.

Nesse quadro, nossa principal contribuição é argumentar que questionamentos à “guerra às drogas” não devem se restringir a leituras críticas sobre processos de militarização. Abordagens feministas às políticas internacionais de controle de drogas ilícitas (militarizadas ou não) dão outra dimensão a esse problema, evidenciando relações de poder que análises críticas que não levam em consideração o gênero como categoria de análise não são capazes de desvelar. Uma leitura feminista sobre política de drogas permite, portanto, a recuperação de pontas

solta que a literatura crítica à “guerra às drogas” deixa pelo caminho.

BIBLIOGRAFIA

Carpenter, T. G. (2003). *Bad Neighbor Policy*. Nova York: Palgrave Macmillan.

Clinton, W. J. (2000). *Videotaped Address to the People of Colombia* (Online). *The American Presidency Project*. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=1410&st=drug&st1=cocaine> (acesso em 22/10/2014).

Dalby, S. (1997). *Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse*. In: Krause, K. & Williams, M (Eds.). *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Minneapolis, Taylor & Francis e-Library, 3-31.

Detraz, N. (2012). *International Security and Gender*. Cambridge, Polity Press.

(DPA) Drug Policy Alliance. (2013). *Fact Sheet: Women, Prison and the Drug War* (Online). Disponível em <http://www.drugpolicy.org/resource/women-prison-and-drug-war> (acesso em 22/10/2014).

Enloe, C. (1987). *Feminist Thinking about War, Militarism and Peace*. In: Hess, B. (ed.). *Analysing Gender: A Handbook of Social Science Research*. Newbury Park, Sage.

_____ (1993). *The Morning After: Sexual Politics at the End of the Cold War*. Berkeley, University of California Press.

_____ (2000). *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley, University of California Press.

_____ (2000b). *Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's lives*. Berkeley: University of California Press.

Fierke, K. M. (2007). *Critical Approaches to International Security*. Londres, Polity Press.

Fiore, M. (2002). *Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de "drogas"*. Texto apresentado na XXVI Reunião Anual da ANPOCS.

Fraga, P. C. (2007). *A geopolítica das drogas na América Latina*. *Revista Em Pauta*, n. 19, p. 67-88.

Giacomello, C. (2013). *Género, drogas y prisión*. Ciudad de México, Tirant lo Blanch.

Hoffman, S. (1977). *International Relations: An American Social Science*. *Deadalus*, n. 106, ed. 3, 41-60.

Kelly, L. (2000). *Wars Against Women: Sexual Violence, Sexual Politics and the Militarised State*. In: Jacobs, S., Jacobson, R. & Marchbank, J. (eds.). *States of Conflict: Gender, Violence and Resistance*. London, Zed Books.

Mannava, P.; Zegenhagen, S. & Croft, Nick (2010). *Dependent on Development*. The Nossal Institute for Global Health.

Mountian, I. (2013). *Cultural Ecstasies: Drugs, Gender and the Social Imaginary*. East Sussex, Routledge.

Nixon, R. (1971). *Special Message to the Congress on Drug Abuse Prevention and Control* (Online). The American Presidency Project. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3048> (acesso em 22/10/2014).

(OEA) Organização dos Estados Americanos (2014). *Mujeres y Drogas en las Américas* (Online). Comisión Interamericana de Mujeres. Disponível em <http://www.oas.org/en/cim/docs/WomenDrugsAmericas-ES.pdf> (acesso em 22/10/2014).

Reagan, R. (1988). *Remarks at a White House Ceremony Honoring Law Enforcement Officers Slain in the War on Drugs* (Online). The American Presidency Project. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=35698> (acesso em 22/10/2014).

Rivil

, v. 31, p. 145-186.

Rodrigues, T. (2012). *Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra*. *Contexto Internacional*, PUC-Rio, v. 34, n. 1, 9-41.

Tickner, J. A. (1992). *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. Nova York, Columbia University Press.

_____ (1996). *Identity in International Relations Theory: Feminist Perspectives*. In: Lapid, Y. & Kratochwil, F. (eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder CO, Lynne Rienner.

_____ (2001). *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the post-Cold War Era*. Nova York, Columbia University Press.

_____, J. G. (2002). _____. *Contexto Internacional*, v. 24, n. 1, p. 129-166.

Viotti, Paul & Kauppi, Mark (2010). *International Relations Theory*. New York: Longman, 4ª ed.

Walker, R. B. J. (1992). *Gender and Critique in the Theory of International Relations*. In: PETERSON, V. S. *Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory*. Boulder CO, Lynne Rienner.

Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Reading MA, Addison-Wesley.

Whitworth, Sandra (1994). *Feminism and International Relations*. Londres, Macmillan Press.